



POBREZA

“Apelo aos representantes da comunidade internacional ao mais alto nível... para que adotem um objectivo que vise diminuir para metade o número de pessoas que vivem na pobreza absoluta, até 2015.”

Kofi Annan, Relatório do Milénio

Estatísticas Fundamentais

- Mais de 2800 milhões pessoas, perto de metade da população mundial, vivem com menos do equivalente a 2 dólares por dia. Mais de 1299 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 20% da população mundial, vivem com menos do equivalente a 1 dólar por dia.
- A Ásia Meridional tem o maior número de pobres (522 milhões dos quais vivem com menos do equivalente a 1 dólar por dia). A África a sul do Sara tem a maior percentagem de pessoas pobres, pois a pobreza afecta entre 46,3% e cerca de metade da população da região.
- Quase mil milhões de pessoas são analfabetas; mais de mil milhões de pessoas não têm acesso a água potável; cerca de 840 milhões de pessoas passam fome ou enfrentam um problema de insegurança alimentar; cerca de um terço das crianças com menos de cinco anos sofrem de subnutrição.
- Estima-se que assegurar o acesso universal a serviços sociais básicos e transferências para reduzir a pobreza em termos de rendimentos custe cerca de 80 mil milhões de dólares, o que representa menos de 0,5 do rendimento mundial.
- Os 20% da população mundial que vivem nos países com rendimentos elevados têm acesso a 86% do produto interno bruto (PIB). Os 20% mais desfavorecidos vivem nos países mais pobres e têm acesso apenas a cerca de 1% do PIB.
- O activo dos três homens mais ricos do mundo juntos excede o produto nacional bruto (PNB) dos 48 países mais pobres do mundo no seu conjunto.
- Em 1998, por cada dólar que o mundo em desenvolvimento recebeu de subsídios gastou 13 no pagamento da sua dívida.

A armadilha da pobreza

Até há bem pouco tempo, a pobreza era entendida em termos de rendimento ou de falta deste. Ser pobre significava que não se dispunha de meios económicos para pagar uma dieta alimentar ou uma habitação adequadas. Mas a pobreza não consiste apenas em rendimentos ou numa ração calórica insuficientes. Tem também que ver com a recusa de oportunidades e de escolhas que são de um modo geral consideradas essenciais para ter uma existência longa, saudável e criativa e gozar de um nível de vida razoável, de liberdade, de dignidade, de auto-estima e do respeito dos outros.

As pessoas não vivem na miséria de bairros degradados, de comunidades de habitantes clandestinos, dos bairros de rendas baixas ou perto de lixeiras porque querem. Não têm outra alternativa.

Tendo pouco dinheiro, pouca instrução, poucas qualificações para o mercado de trabalho e inúmeros problemas de saúde, quase metade das pessoas do mundo vive na pobreza, sem grandes oportunidades de melhorar a sua vida.

A pobreza tem múltiplas dimensões e muitas delas estão inter-relacionadas, dando origem a um ciclo vicioso:

- A falta de saúde, a doença e a deficiência podem impedir as pessoas de trabalhar a tempo inteiro, reduzindo os seus rendimentos e a sua capacidade de trabalhar para sair

da pobreza. Os problemas de saúde do responsável pelo sustento da família significam problemas de rendimentos, mas uma doença na família pode arruinar um agregado familiar inteiro. Não só se perde um rendimento como as despesas aumentam, devido à necessidade de medicamentos e de cuidados de saúde e à necessidade de membros da família para tratarem do doente.

- Aqueles que possuem menos instrução formal tendem a estar desproporcionalmente representados no grupo dos pobres, porque é mais provável que tenham empregos mal remunerados ou estejam desempregados. As famílias pobres têm enormes dificuldades em manter os filhos na escola, devido aos custos que isso acarreta bem como à pressão para que o maior número de membros do agregado familiar trabalhe. Sendo pouco instruída, a próxima geração pode vir também a ter também empregos mal remunerados.
- As mulheres com filhos constituem a maioria dos pobres em muitos países. Quando as mulheres conseguem escapar à pobreza, os seus filhos parecem ter um futuro melhor, mas quando as suas possibilidades de o conseguir são reduzidas, a pobreza é transmitida de uma geração para outra. Em muitos casos, as raparigas apresentam taxas de abandono escolar mais elevadas, na medida em que são as primeiras a ter de deixar a escola para ajudar no trabalho doméstico e prestar cuidados aos irmãos. No entanto, a experiência tem demonstrado que o investimento na educação das raparigas e das mulheres não só promove uma maior igualdade como tende a traduzir-se directamente numa melhor nutrição da família, em melhores cuidados de saúde, na descida da fecundidade e potencialmente numa maior autonomia económica.
- A pobreza foi apontada como o principal factor de propagação do VIH/SIDA em muitas partes de África. Tendo começado por ser simplesmente uma causa de sofrimento individual, o VIH/SIDA transformou-se numa importante crise económica e social para economias inteiras, na medida em que afecta as secções economicamente produtivas da sociedade e torna mais difícil erradicar a pobreza. Estima-se que, no final de 1999, quase 34 milhões de pessoas no mundo inteiro estivessem infectadas pelo VIH e que, até 2010, só em África haja 40 milhões de órfãos em consequência da epidemia.
- Como o Secretário-Geral Kofi Annan refere no seu Relatório do Milénio, “os países pobres – especialmente os que conhecem uma desigualdade profunda entre grupos étnicos e religiosos – têm mais possibilidade de se verem envolvidos em conflitos do que os países ricos”. Na realidade, vinte dos 38 países mais pobres do mundo estão no meio de um conflito armado ou saíram recentemente de uma situação desse tipo, segundo outras fontes da ONU.

As causas da pobreza

A pobreza existe em muitos dos países industrializados e caracteriza regiões inteiras do mundo em desenvolvimento. As causas da pobreza residem numa complicada teia de situações locais conjugadas com circunstâncias nacionais e internacionais. É o produto de processos económicos que se registam a diversos níveis, bem como de uma série de condições sociais e económicas que parecem estruturar as possibilidades das pessoas. Pense no seguinte:

Alguns países têm de pagar mais para financiar a sua dívida do que podem despende com a saúde ou a educação: A obrigação de pagar a dívida contraída por regimes anteriores – por vezes, devido a um aconselhamento errado pelos países desenvolvidos, outras, devido a regimes corruptos – limitou seriamente a capacidade de muitos países quebrarem o ciclo da pobreza. A África a sul do Sara canaliza mais de 14% das receitas das exportações para o serviço da dívida. Outra região muito pobre, a Ásia Meridional, destina 22% dessas receitas

ao mesmo fim. A região da América Latina e das Caraíbas tem de dedicar quase um terço das receitas das exportações ao serviço da dívida.

- Nos últimos anos, os pagamentos efectuados pela Tanzânia no âmbito do serviço da dívida foram nove vezes superiores aos seus gastos com os cuidados de saúde primários e quatro vezes mais elevados do que o montante despendido com o ensino primário.
- O valor da dívida das Honduras equivale a 208% das suas exportações; o seu serviço da dívida representa 55% das despesas do Governo.

Em 1999, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial aprovaram a Iniciativa Melhorada a favor dos Países Pobres Fortemente Endividados. Espera-se que o plano reduza cerca de 70% da dívida destes países, a qual se eleva a aproximadamente 170 mil milhões de dólares. Mas, até agora, poucos países preencheram as condições necessárias para a sua aplicação e o serviço da dívida nem sempre foi sustentável, isto é, mesmo depois de uma redução da dívida, o custo do serviço foi maior do que os gastos com a saúde e a educação básicas e não permitiu um aumento dos níveis de investimento necessário para o crescimento económico.

Os factores relacionados com comércio e as políticas de ajustamento estrutural tiveram efeitos desfavoráveis: Muitos países em desenvolvimento têm de depender da exportação de produtos agrícolas não transformados para conseguir rendimentos do exterior, mas os preços destes produtos agrícolas foram relativamente desfavoráveis e continuaram a descer. Ao mesmo tempo, os preços dos combustíveis e dos produtos manufacturados e transformados no mercado mundial subiram. Além disso, muitos países desenvolvidos impuseram restrições comerciais exageradas aos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento, o que faz que estes tenham mais dificuldade em vendê-los. Em consequência da redução das receitas, muitos países não conseguiram sair do ciclo da pobreza por meio do fomento das exportações. Ao mesmo tempo, a descida dos preços das exportações aliada à subida da factura das importações criou problemas ao nível da balança de pagamentos, uma subida dos empréstimos contraídos e, no contexto actual, níveis mais elevados de dívida. Segundo algumas estimativas, as perdas resultantes da descida dos preços, no ano de 1992, foram mais elevadas do que o orçamento total da ajuda da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) nesse ano (65 mil milhões de dólares em comparação com 58 milhões). A situação foi frequentemente agravada por políticas de ajustamento estrutural que incentivavam a depreciação da moeda.

- A Indonésia, em tempos auto-suficiente em matéria de alimentos, passara recentemente a depender de alimentos importados – 20 milhões de toneladas de arroz por ano. Este facto teve consequências desastrosas no final da década de 1990, quando, na sequência da crise asiática, a moeda sofreu uma forte desvalorização (500%) e as condições locais fizeram que as provisões de alimentos produzidos internamente fossem insuficientes. O preço do arroz importado subiu em flecha e, segundo uma estimativa, mais de 100 milhões de indonésios foram engrossar as fileiras dos pobres.

Possuindo poucos bens, os pobres têm um acesso reduzido ao capital e ao crédito: em muitos países, a maioria da população depende da agricultura e a desigualdade de acesso às terras é uma das causas principais da pobreza rural. A maioria dos pobres do mundo ou não possui terras ou possui terras sem valor. As terras onde vivem são, em geral, de má qualidade para serem cultivadas e estão frequentemente sujeitas a tempestades e outras catástrofes naturais. Ou estão sujeitas a sistemas de posse de terras com centenas de anos que perpetuam sistemas fundiários quase feudais, como é o caso do sistema da *hacienda* nas Filipinas. Apanhados numa armadilha entre rendimentos insuficientes e reduzidas possibilidades de obter fundos para melhorias, têm poucas oportunidades de progredir. São necessários uma

reforma agrária, o investimento público na infra-estrutura rural, a tecnologia e os serviços de comercialização, bem como mais crédito e estabilidade de preços para eliminar os múltiplos condicionamentos que limitam as possibilidades dos pobres das zonas rurais.

Falta de suficientes oportunidades de emprego: A fim de fugirem das zonas rurais, muitas pessoas dirigem-se às cidades – do seu próprio país ou de outros – em busca de emprego. Mas, na maioria dos países, não há suficientes empregos pelos quais se receba uma remuneração que permita uma vida razoável. Assim, as pessoas pobres tendem a tentar aumentar os seus rendimentos à margem, naquilo que se tornou conhecido pelo sector paralelo. A pressão sobre este sector aumentou devido ao facto de as inovações técnicas terem obrigado a mão-de-obra a deslocar-se, ao abrandamento do crescimento da economia e do sector estruturado e a cortes orçamentais. Porém, no sector paralelo, as pessoas mal ganham o indispensável para viver e gozam de pouca ou nenhuma protecção social. Estima-se que, a nível mundial, de uma população activa de 3 mil milhões de pessoas 140 milhões estejam desempregadas e entre um quarto e um terço estejam subempregadas.

Infra-estrutura inadequada e falta de acesso a serviços sociais básicos no campo da educação, da saúde e da saúde reprodutiva: vivendo frequentemente em zonas que não dispõem de sistema de saneamento nem de água potável, os pobres são mais vulneráveis à falta de saúde e à doença. Carecem muitas vezes de meios para obter os cuidados de saúde de que precisam. Ao mesmo tempo, os pobres que vivem em zonas pobres não têm informação sobre questões de saúde e de saúde reprodutiva e, por conseguinte, não estão informados sobre as medidas que podem tomar para evitar riscos.

Exclusão social: Em todos os países há parcialidade e preconceitos e, em alguns casos, há políticas que excluem as pessoas de uma determinada raça, religião ou sexo, impedindo-as de chegar a posições de poder ou de conseguir bons empregos. Muitas vezes, essa parcialidade não se baseia na lei, mas vigora, como acontece no caso da discriminação com base no sexo ou na marginalização das populações autóctones. Nesses casos, pode ser necessário adoptar políticas em prol dos grupos desfavorecidos, durante algum tempo, a fim de melhorar as condições de vida dos excluídos e permitir um acesso mais equitativo a oportunidades de emprego.

Redefinir a pobreza

Nos primeiros tempos da ONU, a pobreza era medida em termos da capacidade de obter um número mínimo de calorias ou de ter um nível mínimo de rendimentos para satisfazer as necessidades (pobreza em termos de rendimentos). O “limiar de pobreza” definia esse nível mínimo e os pobres eram aqueles cujos rendimentos ou ração calórica eram inferiores a esse mínimo. Um indicador utilizado habitualmente para efeitos das comparações internacionais de pobreza de rendimentos é o de 1 ou 2 dólares por dia (poder de compra equivalente a 1 ou 2 dólares nos Estados Unidos em 1993). Houve mudanças ao nível das ideias sobre a forma de medir a pobreza, tendo havido tentativas de integrar no indicador algumas das suas diferentes dimensões, bem como as suas relações circulares de que falámos aqui anteriormente.

Na década de 1970, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alargou o conceito e a pobreza passou a ser entendida como incapacidade de satisfazer as necessidades básicas. Nas décadas de 1980 e 1990, o conceito sofreu mais mudanças, ao serem considerados aspectos não monetários como o isolamento, a impotência, vulnerabilidade e falta de segurança, bem como a capacidade e a aptidão das pessoas para sentir bem-estar.

Inspirado pela obra de Amartya Sen, um economista famoso no mundo inteiro que ganhou o Prémio Nobel de Economia em 1999, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduziu indicadores de progresso e de carência que se centram

na pobreza, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano. Encara agora a pobreza como negar escolhas e oportunidades de ter uma vida tolerável. O índice da pobreza humana (IPH), elaborado em relação a cada país, fornece agora uma imagem da carência em termos de longevidade, educação e de factores económicos. O facto de se ver a pobreza de outra maneira leva a novas conclusões. Por exemplo, uma percentagem elevada da população dos Estados Unidos vive uma situação de “pobreza humana” grave, não obstante o seu elevado nível médio de rendimento.

Uma estratégia para combater a pobreza

Nos programas que visam encontrar soluções para a pobreza, foram estabelecidos objectivos concretos e os esforços centraram-se em alcançar os objectivos fixados. Graças a este método, houve alguns progressos no que diz respeito a reduzir a pobreza desde 1970, embora esses progressos não tenha sido iguais em todas as partes do mundo. A maior parte do declínio da pobreza registou-se no Leste Asiático, especialmente na China. Nos países em desenvolvimento, a mortalidade infantil sofreu uma redução de mais de 40%; quanto ao analfabetismo de adultos, teve uma diminuição de 50%. Um bebé recém-nascido pode esperar viver mais dez anos e a taxa agregada de matrícula no ensino primário e secundário subiu quase 50%. Mas houve alguns retrocessos, durante os últimos anos, e subsistem enormes problemas.

Com base na experiência dos últimos anos, há um consenso cada vez maior entre os responsáveis pelas políticas, a nível tanto nacional como internacional, sobre o que resulta e o que não resulta no combate à pobreza. As políticas bem sucedidas que fazem parte de um pacote que visa reduzir a pobreza e foram levadas a cabo por diversos países incluem:

Crescimento económico que favoreça a inclusão e tenha uma ampla base: O crescimento económico é um dos factores mais importantes de redução da pobreza, mas não é suficiente. A eficácia do crescimento económico no que se refere a reduzir a pobreza depende da estrutura do crescimento, dos actuais níveis de desigualdade e da maneira como são distribuídos os benefícios do crescimento.

A desigualdade de rendimentos é uma função da distribuição dos factores económicos (terras, capital industrial e financeiro) e do chamado “capital humano”, sob a forma de instrução e de qualificações. Os governos precisam de se esforçar por introduzir uma maior equidade na distribuição dos rendimentos e dos factores económicos.

A eficácia do crescimento no que se refere a reduzir a pobreza depende também das oportunidades de crescimento e de emprego criadas e do facto de se ter verificado em zonas e sectores onde os pobres se encontram. Na maior parte dos casos, com excepção dos países do Sudeste Asiático (República da Coreia, Taiwan (Província da China), Malásia, etc.) na sua fase de crescimento elevado, não se gerou suficiente emprego no sector estruturado da economia. Há agora que prestar atenção ao sector paralelo da economia.

- Segundo o Relatório do Milénio do Secretário-Geral, um aumento de 1% do produto interno bruto de um país pode provocar um aumento dos rendimentos dos 20% mais pobres da sua população. Mas isto não pode acontecer quando as desigualdades existentes na sociedade não permitem que o crescimento beneficie os pobres.
- A China é um exemplo do que se pode conseguir com um rápido crescimento económico assente no investimento nas pessoas: a diferença de rendimentos entre a China e o resto do mundo conheceu um decréscimo de mais de 50%, em comparação com há 40 anos.

Porém, as perspectivas de crescimento da economia mundial são actualmente pouco animadoras. Parece que a economia mundial está a crescer demasiado lentamente para criar suficientes postos de trabalho ou para ter um verdadeiro impacto na pobreza. Mesmo os países industrializados parecem não conseguir deixar de estar a braços com um elevado desemprego, que constitui uma das principais causas de pobreza. Isto sugere que as economias não podem contar com o crescimento para as arrancar da pobreza, devendo antes tomar medidas concretas que visem directamente reduzir a pobreza.

O crescimento, se conseguido à custa da degradação ambiental, pode também comprometer os meios de subsistência dos pobres que dependem desses recursos. Daí que as políticas de desenvolvimento devam ser sensíveis às condições sociais e económicas dos pobres.

- Depois da Cimeira da Terra de 1992 (Rio de Janeiro, Brasil), as Filipinas foram o primeiro país a criar um conselho para o desenvolvimento sustentável, que integrava parceiros do Governo, da sociedade civil e das empresas privadas. Algumas das principais empresas esforçaram-se por levar a cabo iniciativas em prol do crescimento sustentável, como a reutilização de subprodutos, o controlo dos níveis de poluição e a introdução de cláusulas ambientais nos acordos colectivos de trabalho com os sindicatos.

Concretizar as potencialidades da globalização: O fenómeno da existência de grandes empresas que operam em muitos países e estão nas mãos de indivíduos que tomam decisões sobre o início, fim e reorganização das operações, decisões essas que afectam a vida de muitas pessoas, é uma realidade deste novo milénio. O processo a que chamamos globalização e a maior integração económica oferecem aos países muitas oportunidades positivas ao nível dos mercados e do emprego. Mas há também riscos e problemas que lhe estão associados. Neste momento, os pobres dos países pobres são, muitas vezes, vítimas deste processo. Os países devem preparar-se para a globalização

- aumentando a vantagem competitiva das suas indústrias;
- procurando resolver os problemas dos que serão prejudicados pela concorrência mundial; e
- melhorando a tecnologia e aumentando a produtividade, de forma a evitar competir com base em salários baixos, condições de trabalho insuficientemente reguladas e exploração do ambiente.

Mesmo depois de terem feito tudo isto, nada está garantido. Os mercados podem estar saturados e, não obstante a globalização, muitos países industrializados continuam a proteger os seus mercados com tarifas e quotas e discriminam os produtos dos países em desenvolvimento. Pode ser necessário introduzir melhores políticas comerciais, regras e condições mais justas que permitam que os países pobres tenham acesso aos mercados dos países desenvolvidos. O Secretário-Geral das Nações Unidas instou todos os países industrializados a ponderarem a possibilidade de conceder a todas as exportações dos países menos desenvolvidos o acesso aos seus mercados, num regime livre de direitos aduaneiros e não sujeito ao sistema de quotas. Os governos e os organismos internacionais devem também tentar preparar os países, ajudando-os a elaborar políticas regulamentadoras que atenuem o impacto negativo dos fluxos financeiros voláteis.

Promover a boa governação, a responsabilização e a participação: As práticas de governo sérias e justas, aliadas à inexistência de corrupção; um processo de tomada de decisões aberto a contribuições do público; e o seguimento dado às decisões tomadas contam-se entre as medidas necessárias para erradicar a pobreza. Assumem especial importância:

- uma boa governação – uma maneira de governar que seja séria e justa;

- **transparência:** a tomada de decisões pode estar aberta ao contributo do público e a uma análise por parte deste; e
- **responsabilização:** garantir que a acção que se segue a decisões a que se chegou publicamente esteja de acordo com estas e que possa contribuir para que os benefícios do crescimento e as políticas de redução da pobreza cheguem efectivamente aos pobres.

Um factor fundamental para esse efeito é o papel que a sociedade civil pode desempenhar; é também muito importante permitir e incentivar a participação dos próprios pobres na formulação de políticas, em especial das que os afectam directamente. Há uma ligação clara entre fomentar a participação dos pobres na sociedade e o vencer a pobreza. Segundo o Relatório sobre a Pobreza 2000, elaborado pelo PNUD:

- Em Andhra Pradesh, na Índia, as mulheres organizaram-se em grupo de auto-ajuda, que mobilizaram poupanças da comunidade, criaram oportunidades de gerar rendimentos para as mulheres através do acesso ao crédito e da importância atribuída à obtenção de qualificações, e melhoraram a condição das mulheres. Os grupos mobilizaram a comunidade, para que esta fizesse recomendações sobre prioridades em matéria de empréstimos e tentaram também reduzir ou eliminar o trabalho infantil e melhorar a condição das raparigas.
- Do mesmo modo, no Camboja, as comunidades locais criaram os seus próprios projectos de combate à pobreza. Os habitantes das aldeias juntaram-se para reflectir sobre os seus problemas, fizeram perguntas a funcionários e expressaram a sua opinião sobre a melhor maneira de fazer as coisas.
- Na Bulgária, as organizações cívicas autónomas têm proporcionado cada vez mais formação profissional, promovendo novas empresas, protegendo o ambiente e resolvendo conflitos.

Fornecimento de serviços básicos e políticas orçamentais: A maneira como são mobilizados e gastos os recursos públicos determina o tipo de impacto que têm na pobreza. Uma política orçamental pública justa e equitativa (no que se refere a despesas, tributação e prioridades orçamentais do governo) pode também ajudar a promover o crescimento económico e a tornar o desenvolvimento mais favorável aos pobres. Podemos encontrar exemplos de êxito de políticas orçamentais favoráveis aos pobres e participativas na Índia, Brasil e Uganda.

Produzir melhorias da qualidade de vida ou reduzir o nível de carência é algo que depende não só dos recursos disponíveis mas também das prioridades económicas e sociais e das políticas governamentais. É possível reduzir o impacto das várias dimensões da pobreza, mesmo quando os níveis de rendimento são baixos. Os gastos do governo com a saúde e a educação, conjugados com outras políticas para promover um crescimento equitativo, são particularmente importantes para fazer face à pobreza. Tais políticas de protecção social podem ajudar a:

- reduzir a experiência da carência e da pobreza;
- aumentar as capacidades produtivas e possibilidades das pessoas; e
- reduzir o montante que o governo tem de gastar para fazer face ao impacto dos problemas de saúde e de outras crises bem como da carência.

Países como a Costa Rica, Cuba, Sri Lanka e Vietname e o estado de Kerala, na Índia, asseguraram melhores condições de saúde, maiores reduções da mortalidade e melhorias no domínio da alfabetização em relação a outros com recursos económicos semelhantes ou mesmo superiores. O Vietname, com um rendimento *per capita* de 350 dólares, tem uma taxa de mortalidade infantil mais baixa (31 em comparação com 60 por cada 1000 nascidos vivos) e uma taxa de alfabetização de adultos mais elevada (92,9% em comparação com 84,6%) do que a África do Sul, que tem um rendimento *per capita* de 3310 dólares.

As Maurícias, um pequeno estado insular do Oceano Índico, reduziu o seu orçamento militar e investiu fortemente na saúde e na educação. Hoje, todos os seus habitantes têm acesso ao saneamento, 98% dispõem de água potável e 97% dos partos são assistidos por pessoal de saúde qualificado.

Alcançar a equidade entre os sexos: O número de mulheres que vivem na pobreza é superior ao dos homens nas mesmas condições. Muitas vezes, as crises económicas afectaram mais duramente as mulheres. São poucas as que conseguem empregos qualificados, que para elas ainda são menos, e quando o desemprego aumenta, são frequentemente as primeiras a perder o seu posto de trabalho. Isto acentua a sua vulnerabilidade e torna-as mais susceptíveis a cair na pobreza, um fenómeno designado por **feminização da pobreza**.

Todavia, como já aqui referimos, a experiência demonstrou que o investimento na educação das raparigas e das mulheres se traduz directamente numa melhor alimentação para a família, em melhores cuidados de saúde e num decréscimo da fecundidade. Tem sido também amplamente reconhecido que é improvável que se vença a pobreza sem dispensar uma atenção imediata e sustentada à educação das raparigas e à capacidade de agir das mulheres. Segundo uma estimativa, reduzir as disparidades entre os sexos no campo da educação contribuiu para elevar o crescimento anual do PNB *per capita* em 0,5 pontos percentuais.

Alvos nacionais e internacionais em matéria de redução da pobreza: Ao longo da década de 1990, realizou-se uma série de conferências internacionais sobre questões relacionadas com o desenvolvimento mundial, para as quais a erradicação da pobreza foi um objectivo fundamental. A Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, que teve lugar em 1995, alargou o contexto da erradicação da pobreza de modo a incluir factores como:

- acesso aos serviços básicos
- emprego produtivo
- meios de subsistência sustentáveis
- noção de segurança humana
- redução das desigualdade
- eliminação da discriminação
- participação na vida da comunidade

Na Cimeira, 117 países comprometeram-se a tomar medidas para erradicar a pobreza. Após a Cimeira, os países deveriam fixar alvos e políticas nacionais para erradicar a pobreza. Segundo o Relatório sobre a Pobreza 2000 do PNUD: “em 2000, 97 países (69%) criaram planos autónomos explícitos contra a pobreza e 40% incorporaram o combate à pobreza no planeamento a nível nacional”.

- A conferência para análise das actividades levadas a cabo durante os cinco anos que se seguiram à Cimeira, que teve lugar em Genebra, em Junho de 2000, reconheceu que “Desde a Cimeira, a globalização colocou novos desafios no que diz respeito à concretização dos compromissos assumidos e a consecução dos objectivos então fixados... A crescente interdependência dos países, que levou a que os choques económicos se transmitissem para além das fronteiras nacionais, bem como a crescente desigualdade fazem ressaltar as deficiências das disposições institucionais e das políticas económicas e sociais, a nível nacional e internacional, e salientam a importância de as reforçar através de reformas apropriadas”.

Agora, numa altura em que a economia mundial cresce lentamente e os países se esforçam por relançar o crescimento económico, não há grandes perspectivas de que alcancem em breve os seus alvos em termos de redução da pobreza.

Alvos para o novo milénio: No seu Relatório do Milénio, o Secretário-Geral Kofi Annan refere o direito de viver ao abrigo da necessidade como a grande prioridade da humanidade

nos nossos dias. “Não devemos poupar esforços para libertarmos os nossos semelhantes, homens e mulheres, da pobreza abjecta e desumanizante”, declara. No relatório, identifica sete objectivos e estabelece um calendário específico para a sua consecução:

- até 2015, reduzir para metade a percentagem da população que vive com menos de um dólar por dia;
- até 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas que passam fome;
- até 2015, reduzir para metade a percentagem das pessoas que não têm acesso a água potável;
- até 2015, garantir o ensino primário a todas as raparigas e rapazes, em condições de igualdade;
- até 2015, ter contido a propagação – ou até ter feito recuar a doença – do VIH/SIDA e o flagelo da malária;
- até 2015, reduzir a mortalidade materna em três quartos e a mortalidade de crianças em dois terços; e
- até 2020, melhorar as condições de vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros de lata.

Mas como se podem alcançar esses objectivos? O Secretário-Geral propõe medidas muito concretas que os governos dos países prósperos deveriam tomar:

- garantir o livre acesso aos seus mercados por parte dos bens produzidos nos países mais pobres;
- cancelar a dívida externa dos países pobres;
- conceder uma ajuda ao desenvolvimento mais generosa; e
- colaborar com a indústria farmacêutica para a criação de uma vacina eficaz e de custo razoável contra o VIH

Sugestões de actividades para os alunos

(1) **<http://www.un.org/Pubs/CyberSchoolBus/poverty2000/index.html>**

Tome o **CyberSchoolBus da ONU** (para crianças entre 5 e 12 anos). O módulo sobre a pobreza tem sete unidades, incluindo a introdução e a conclusão, com secções sobre alimentação, saúde, habitação, educação, trabalho e segurança económica. Cada unidade tem quatro secções: uma introdução, uma actividade para a sala de aula, uma actividade ao serviço da comunidade e, por último, uma secção de recursos com sites na Internet que oferecem soluções para o tema ou exemplos de programas e serviços que estão a ajudar as pessoas do mundo inteiro.

(2) **Kids Can Make a Difference® (KIDS)**, **<http://www.kids.maine.org/prog.htm>**

Este website destina-se a ser utilizado por alunos de nível médio e secundário. Centra-se nas causas que estão na origem da fome e da pobreza, nas pessoas mais afectadas, nas soluções e em como os estudantes podem ajudar. Explore as diversas opções e fale sobre o que pensa acerca delas.

(3) Tente ir a “*Twenty Questions About Poverty and Development*” no website do Banco Mundial -- **<http://www.worldbank.org/poverty/quiz/index.htm>**

(4) Investigue as condições no que se refere à pobreza, na cidade em que vive. Quem são os pobres? Como se tornaram pobres? Onde encontrou informação sobre a pobreza? Descubra o que as organizações governamentais e não governamentais estão a fazer em relação à pobreza que existe na sua cidade.

- (5) Faça um trabalho sobre a previdência social no seu país do ponto de vista dos trabalhadores pobres.
- (6) Analise como a pobreza é descrita nas notícias. Encontre um artigo sobre a pobreza ou os pobres no seu jornal local. Qual a sua visão da pobreza com base nessa história?
- (7) Investigue como se pode viver no seu país com o equivalente a 1 dólar e a 2 dólares por dia. Escreva sobre como faria se vivesse nestas condições.
- (8) Com base nas informações apresentadas neste texto, redija a sua definição de pobreza. E averigue, segundo este seu critério, os níveis de pobreza no seu país, num país menos desenvolvido e num país industrializado do Grupo dos Sete, os mais industrializados do mundo. Tente encontrar explicações para os níveis de desigualdade e disparidade que encontrar. Proponha soluções.
- (9) Imagine o que é dormir com fome, não ter sapatos para ir à escola, não ter papel e lápis para escrever na escola, não ter escola para estudar. Depois compare a sua vida com esta vida imaginária.
- (10) Organize com colegas de escola uma campanha para ajudar crianças de um bairro pobre da sua cidade. Que argumentos utilizaria para mobilizar o maior número de colegas para participar nesta campanha?
- (11) Faça um trabalho de grupo para pesquisar a questão da dívida externa dos países do terceiro mundo. Organize uma simulação de negociação entre países credores e países devedores.
- (12) Apresente sugestões concretas para que os "alvos para o novo milénio", do Relatório do Milénio do Secretário-Geral Kofi Annan, sejam atingidos até 2015: reduzir para metade a percentagem da população que vive com menos de um dólar por dia; reduzir para metade a percentagem de pessoas que passam fome; reduzir para metade a percentagem das pessoas que não têm acesso a água potável; garantir o ensino primário a todas as raparigas e rapazes, em condições de igualdade; reduzir a mortalidade materna em três quartos e a mortalidade de crianças em dois terços; e melhorar as condições de vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros de lata.
- (13) Escreva um discurso para um debate na Assembleia Geral da ONU sobre direitos humanos e pobreza.

Outras fontes

Cimeira Social Mundial de 1995 e Mais além: <http://www.un.org/esa/socdev/geneva2000/>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): www.undp.org

UNICEF: www.unicef.org

Oxfam: www.oxfam.org.uk/

OECD/DAC: www.oecd.org/dac

The hunger site: <http://www.thehungersite.com/cgi-bin/WebObjects/HungerSite>

FAO: www.fao.org

IFAD: www.ifad.org

Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza: www.un.org/events/poverty2000